



## 2.6. IMPACTOS IDENTIFICADOS

Os principais aspectos ambientais no tocante à operação do empreendimento estão relacionados à geração de emissões atmosféricas, ruídos, resíduos sólidos e efluentes líquidos.

**Emissões atmosféricas:** as emissões atmosféricas geradas no processo produtivo são referentes à transformação do calcário em cal virgem e movimentação de veículos. As emissões atmosféricas são provenientes do processo de reação química de transformação do calcário em cal virgem, cuja reação química gera  $\text{CO}_2$ ,  $\text{CaO}$  e material particulado.

**Efluentes líquidos sanitários:** os efluentes líquidos gerados na área de operação do forno vertical são provenientes da utilização dos sanitários e os quais atendem a 16 (dezesesseis) funcionários.

**Drenagem pluvial:** as águas pluviais incidentes nas duas plataformas onde está instalado o forno vertical são coletadas por declividade natural do terreno que direcionam o efluente para uma cacimba. Foi constatado que este sistema precisa de uma melhora significativa.

**Ruído:** fontes de ruído na área são oriundas da operação de equipamentos de produção.

**Resíduo Sólido:** os resíduos sólidos gerados no processo de fabricação da cal são: papel, plástico, cinzas e restos de matéria prima.

## 2.7. MEDIDAS MITIGADORAS

As principais medidas mitigadoras que serão propostas para os impactos gerados pela fase de **licença de operação corretiva** são:

**Emissões atmosféricas:** as emissões atmosféricas referentes ao material particulado geradas no processo produtivo são mitigadas por filtro de mangas e lavagem de gases na chaminé do forno. As emissões referentes às vias internas de circulação de veículos são mitigadas com umectação de no mínimo duas vezes ao dia.

Destacamos que mesmo com as medidas mitigadoras adotadas, poderá ocorrer a emissão de partículas fugitivas (porção residual) no sistema de mitigação de efluente atmosférico.

A emissão da porção residual do material particulado e  $\text{CO}_2$  contribuem para a alteração físico química da qualidade do ar da região onde o empreendimento está inserido, qual seja, Província Cárstica de Alto São Francisco.

De acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº. 94/2006 e Decreto Estadual 45.175/2009 considera-se como impacto significativo aquele decorrente de empreendimentos e atividades consideradas poluidoras, que comprometam a qualidade de vida de uma região ou causem danos aos recursos naturais.

Ainda de acordo com a mesma legislação, consideram-se como relevante e significativo aqueles empreendimentos que de alguma forma interferem em áreas prioritárias para a

SUPRAM - ASF	Rua Bananal nº. 549 – Vila Belo Horizonte CEP 35.500-036 – Divinópolis MG	DATA 03/03/2011
--------------	--	-----------------



conservação conforme referência bibliográfica específica ("Biodiversidade em Minas Gerais: um Atlas para sua Conservação" – Fundação Biodiversitas, 2005).

A Província Cárstica do Alto São Francisco figura no Atlas como uma área de importância biológica extrema, prioritária para a conservação no Estado de Minas Gerais.

**Efluente Líquido Sanitário:** os efluentes líquidos sanitários gerados pelos dezesseis funcionários responsáveis pela operação do forno vertical são mitigadas por uma ETE composta por: fossa séptica, filtro anaeróbico e sumidouro que tem a capacidade de suportar até 100 contribuintes.

**Drenagem pluvial:** as águas pluviais são coletadas por declividade natural do terreno que direcionam o efluente para uma cacimba. Com o intuito de uma melhora significativa neste sistema será condicionado no anexo I deste parecer apresentação de um projeto de drenagem pluvial.

**Ruído:** a empresa está em zona rural e será condicionado no Anexo II deste parecer monitoramento de ruído.

**Resíduo Sólido:** a destinação dos seus resíduos sólidos será apresentada na tabela abaixo:

Tabela destinação dos resíduos sólidos da empresa

Tipo do resíduo	Classe	Destinação
Papel e plástico	II B	Lixão municipal
Cinza de lenha	II B	Uso na Agricultura
Resto de matéria prima	II B	Fabricação de Corretivo Agrícola

Será condicionada no anexo I deste parecer a apresentação da licença ambiental de todas as empresas responsáveis pelo recebimento dos resíduos sólidos gerados na Cal Oeste Ltda.

### 3. CONTROLE PROCESSUAL

O processo foi formalizado com a documentação listada no FOB. Entretanto, foram necessárias informações complementares a fim de instruir os autos.

Este processo foi inicialmente formalizado como uma Licença de Instalação, porém após análise jurídica dos autos, o mesmo foi reorientado para LOC.

Trata-se de processo formalizado em 12 de junho de 2003, portanto, antes do advento do Decreto 44844/2008, razão pela qual está amparado pela auto-denúncia e isento de autuação por autuar sem a devida licença ambiental, conforme previsto no art. 15 do referido Decreto.

Foram feitas as publicações de praxe e juntadas as certidões de estilo.

Os custos de análise foram integralmente ressarcidos, conforme consta de comprovação nos autos.

O empreendimento está localizado em área cárstica, pelo que obteve a anuência do IBAMA nº 020/2011, datada de 14.2.2011, para operação em sua planta industrial.

SUPRAM - ASF	Rua Bananal nº. 549 – Vila Belo Horizonte CEP 35.500-036 – Divinópolis MG	DATA: 03/03/2011
--------------	--	------------------



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.**  
**Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Alto São Francisco.**

O empreendimento não está no entorno de nenhuma Unidade de Conservação, conforme se verifica na disposição constante do item 1 deste parecer.

A área de reserva legal do imóvel onde se encontra o empreendimento foi aprovada pela URC ASF em 17/02/2011. Essa reserva legal foi estabelecida na forma de compensação no imóvel denominado Fazenda Barreira, matriculado sob o nº 11.420, livro 2-A, folha 70 no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Formiga. Trata-se de uma propriedade situada na margem da Rodovia MG 050, próximo ao pedágio do município de Córrego Fundo. A gleba que foi destinada para compensação da reserva legal possui área superficial de 1,75,39 hectares, ocupada por remanescente florestal do tipo Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio de regeneração natural.

Na oportunidade a Empresa também solicitou regularização como compensação da reserva legal do imóvel rural registrado sob o nº 68.125 (imóvel da planta de beneficiamento da Empresa). Destaca-se que, o imóvel matriculado sob o nº 68.125, livro 03-AR, folha 34 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Formiga (matrícula doadora), conforme levantamento planimétrico apresentado, possui uma área superficial de 8,76,52 hectares. Enquanto que, o imóvel receptor, Fazenda Barreira (matrícula nº 11.420), conforme Registro do Imóvel possui área superficial de 10,83 hectares, ocupada por vegetação natural e pastagem plantada.

Portanto, a averbação da área de reserva legal perante o cartório de registro de imóveis ficou condicionada no anexo I – condicionante nº 7 – do Parecer Unico do PA nº 00429/1999/009/2010.

No empreendimento em análise, não será necessária a supressão de vegetação, dispensando desta forma a supracitada Autorização.

O empreendimento não está localizado em Área de Preservação Permanente, o que o dispensa da análise de intervenção ou de permanência nessa área.

O empreendimento possui 3 (três) fontes de captação de recursos hídricos, a saber:

Dois poços manuais – Processos nº.s 07158/2010 e 07159/2010, e ainda um poço tubular – Processo 7156/2010, todos com Portaria aguardando publicação.

Considerando o teor da Portaria IGAM nº 49/2010, o prazo de vencimento das referidas portarias estarão vinculados ao prazo de vencimento que é sugerido para esta licença.

Vale ressaltar que a empresa possui processo de revalidação da sua licença ambiental de operação para a atividade de produção de cal virgem, hidratada ou extinta conforme PA COPAM nº 00429/1999/008/2009, atualmente com status de “aguardando informação complementar”.

Em 05/09/2001, ocasião da reunião da Câmara de Atividades Industriais, foi concedida ao empreendimento Cal Oeste Ltda. – unidade industrial de produção de cal – Córrego Fundo/MG – PA 00429/1999/002/2001 a licença de operação em caráter corretivo, pelo período de 8 (oito) anos.

SUPRAM - ASF

Rua Bananal nº. 549 – Vila Belo Horizonte  
CEP 35.500-036 – Divinópolis MG

DATA: 03/03/2011



Assim, foi expedido Certificado da LO nº 411/2001, datado de 5 de setembro de 2001, com validade até 05 de setembro de 2009.

Depois da emissão do certificado, o empreendimento teve sua titularidade alterada de "Cal Oeste Ltda" para "Margareth Andrade Filpi - EPP", razão pela qual foi emitida a 2ª via do Certificado de LO nº 411/2001, cujo empreendimento passou a constar "Margareth Andrade Filpi - EPP (ex Cal Oeste Ltda), mantendo-se os demais dados nos termos do certificado originário.

Em 19/10/2007 solicitou novamente ao Órgão Ambiental a alteração da titularidade do empreendimento, a fim de que a razão social constasse novamente "Cal Oeste Ltda.

Juntamente com a solicitação, a empresa descreveu em seu ofício o objeto do licenciamento, qual seja:

- a) uma unidade de britagem de calcário; b) uma unidade de moagem de calcário; c) 6 fornos semi-contínuos para produção de cal; d) uma unidade de hidratação; e) um forno semi-contínuo (produção 120t/dia) para produção de cal e uma unidade de britagem de cal virgem;

- No mesmo ofício, a empresa informou que em 17/07/2002, promoveu o arrendamento à empresa "Margareth Andrade Filpi - EPP" de parte de sua produção licenciada, sendo: 6 fornos semi-contínuos (fornos de barranco) e de uma unidade para hidratação de cal. Alegou que em 08/10/2002, ao solicitar o desmembramento do certificado de LO 411/2001, desejava, em verdade, que o empreendedor obtivesse um certificado de licenciamento correspondente às suas unidades industriais, cujas atividades eram: a) unidade de britagem de calcário; b) unidade de moagem de calcário; c) forno semi-contínuo (120t/dia) e unidade de britagem de cal.

- Assim sendo, solicitou novamente a alteração de titularidade do certificado em questão, de forma a promover o retorno da razão social para "Cal Oeste Ltda";

Após manifestação técnica constante às fls.201, verso, dos autos 00429/1999/002/2001, de que tecnicamente não havia impedimentos, bem como, após análise jurídica da FEAM constante às fls. 200 dos autos de que não havia óbice legal para mudança de titularidade, foi confeccionada nova 2ª via do Certificado 411/2001, concedendo à empresa "Cal Oeste Ltda" Licença de Operação para sua unidade de britagem de calcário, unidade de moagem de calcário e forno semi-contínuo (120t/dia) e unidade de britagem de cal.

- O referido Certificado 411/2001 foi assinado em 12 de junho de 2008 pelo então Superintendente da SUPRAM Central Metropolitana.

Em 12/06/2003, o empreendimento formalizou em Belo Horizonte, junto à Fundação Estadual de Meio Ambiente, em forma de ampliação, o presente Processo de Licença de instalação de nº 00429/1999/005/2003, que, conforme já informado, foi reorientado para processo de licença de operação em caráter corretivo de um forno vertical para produção da cal.

SUPRAM - ASF	Rua Bananal nº. 549 – Vila Belo Horizonte CEP 35.500-036 – Divinópolis MG	DATA: 03/03/2011
--------------	--	------------------